

# O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

## NO MÊS DO ORGULHO LGBTI+, COMBATER O REACIONARISMO E O LIBERALISMO



Foto: Jornal O Futuro.

O avanço dos ataques aos direitos da população LGBTI+ no Brasil e no mundo são uma forte expressão do fortalecimento do moralismo conservador, que serve para dividir e nublar a consciência de classe e preservar estruturas econômicas que beneficiam o capital. Tanto o reacionarismo quan-

to o liberalismo devem ser combatidos pelos comunistas: o primeiro por desviar o foco dos problemas reais da classe trabalhadora para responsabilização de uma suposta “degradação moral”, e o segundo por abraçar as questões LGBTI+ sem compromisso com os dramas econômicos dessa

população, naturalizando o regime cis-heterossexual sem questionar sua formação histórica.

Os comunistas devem combater essa falsa dicotomia entre identitarismo e perspectiva classista, apropriando-se do que o movimento LGBTI+ produziu teoricamente e contribuindo

para sua organização em sentido mais amplo. É necessário realizar um debate profundo sobre a socialização do trabalho, a luta por moradia, os aparatos coletivos de cuidado e a resistência aos ataques à juventude trans. É essencial denunciar a hipocrisia das empresas que mercantilizar símbolos

históricos da luta LGBTI+, já que a consciência da classe operária deve incluir a capacidade de reagir contra todas as formas de opressão, tornando-se vanguarda não apenas contra a exploração de classe, mas contra toda forma de arbitrariedade. **pág. 6**

### SALÁRIO CONGELADO HÁ 9 ANOS: audidores fiscais em negociação

A greve dos auditores-fiscais da Receita Federal completou seis meses em maio de 2025, refletindo o impasse nas negociações com o governo Lula-Alckmin. A categoria reivindica a recomposição inflacionária do vencimento básico, congelado desde

2016, acumulando perdas estimadas em 28%. Ainda que o bônus de eficiência tenha sido regulamentado em 2023, os auditores argumentam que ele não substitui o reajuste salarial necessário. Além disso, mudanças recentes nas regras de cálculo do bônus

resultaram em reduções na remuneração, intensificando a paralisação. A continuidade da greve tem gerado impactos significativos na arrecadação federal e no comércio exterior, aumentando a pressão por uma solução em favor dos trabalhadores. **pág. 8**

### Ocupação israelense escancara seus planos de redesenhar Gaza

A ocupação israelense atingiu um novo patamar com o chamado “Plano dos Gerais”: a eliminação sistemática de Gaza como território habitável. Bombardeios, fome e bloqueios substituem qualquer promessa de segurança. A fragmentação de Gaza em guetos sob bombardeio é a etapa final do projeto colonial em curso, legitimado por potências imperialistas e ainda ignorado pela comunidade internacional. **pág. 12**

#### ADPF DAS FAVELAS:

Cláudio Castro e Eduardo Paes são contra a redução da violência policial. **pág 9**

#### IMPÉRIO DOS BARBALHO:

Executivo do Pará é transformado em feudo privado alicerçado no uso da máquina pública. **pág 11**

#### BRASIL, CHINA E AGRO:

China demonstra entusiasmo com corredor ferroviário. Modelo fortalece o agro. **pág 10**

#### MÊS DO ORGULHO LGBTI+:

Como combater o reacionarismo burguês e o liberalismo pós modernista? **pág 5**

Editorial

## Pinkwashing, greenwashing e... redwashing?

Entre os elementos que sustentam o capitalismo, a ideologia é certamente um dos mais centrais. Uma parte importante dos ataques ideológicos da burguesia é pintar suas medidas como “progressistas”, fingindo demonstrar preocupação social, mas, no fundo, mantendo o sistema em pleno funcionamento.

O mês de junho é reconhecido por ser o mesmo do Orgulho LGBTI+, uma homenagem à Revolta de Stonewall, nos EUA, quando um ataque policial ao bar LGBTI+ Stonewall Inn, na cidade de Nova Iorque, deu início a uma série de protestos, manifestações e confrontos, expondo a olhos nus o grau de marginalização social e opressão que sofria a população. Hoje, no entanto, mesmo os grandes monopólios capitalistas afirmam políticas de “diversidade” e de respeito à população LGBTI+, uma prática conhecida como pinkwashing (algo como “lavar de rosa” em português). A realidade, contudo, é que esses grandes monopólios exploram os LGBTI+, que não raro estão em empregos de alta rotatividade, marginalização e, particularmente a população T, na prostituição.

É justamente essa população T que é alvo de um ataque brutal ao seu acesso à saúde. A Resolução 2427 do Conselho Federal de Medicina proíbe o tratamento hormonal para pessoas trans antes dos 18 anos, o que pode levar a perseguição e cassação do registro para médicos comprometidos com um atendimento de qualidade à essa população. Obviamente, isso tem um impacto menos significativo nos setores da burguesia, que sempre podem pagar médicos particulares para esses casos. A luta contra essa Resolução do CFM e contra a transfobia é parte da luta dos trabalhadores por sua saúde e condições de vida e dignidade mínimas.

Mas não é só na questão LGBTI+ que essas manobras ideológicas estão ocorrendo. Nesse ano, também teremos no Brasil a COP 30, evento que une os países da ONU para debater a questão climática e ambiental. É aí que vemos outra prática, a do greenwashing. Iludindo os trabalhadores de que é possível um “capitalismo verde”, com os planos imperialistas diretamente apontados para a Amazônia, a burguesia nacional e internacional se reunirá na cidade de Belém (PA) em novembro não para resolver a crise climática e ambiental – mas para descobrir como lucrar mais com ela. O mercado de créditos de carbono é um dos exemplos mais gritantes: é através dele que os países mais industrializados podem literalmente “comprar” cotas de poluição e degradação ambiental.

Combater essas medidas é uma necessidade imediata, se não quisermos que a humanidade sucumba à degradação produzida pelo capitalismo. Nesse ano, vários movimentos sociais devem se reunir em esforços de uma “AntiCOP30” – sem confiar em nenhum momento naqueles que acham que é possível “disputar” ou “democratizar” uma reunião dos Estados burgueses.

O governo de Lula e Alckmin é hoje um impulsor dessas ilusões no capitalismo. Apoiando integralmente o greenwashing da COP30, em aliança com Helder Barbalho (governador do Pará), mostra seu total desrespeito não só com a questão climática e ambiental, mas também com os povos indígenas e comunidades tradicionais afetadas por ela, particularmente no Norte do Brasil. Ainda que tenha feito uma nota de repúdio à Resolução 2427/25 do CFM, o governo também cortou, no ano passado, mais de R\$ 4 bilhões da saúde pública, o que tem impacto direto na população LGBTI+, que já é subatendida no SUS.

A preocupação do governo é outra. É continuar se pintando de governo “popular”, enquanto bloqueia quase 40% do orçamento para as universidades federais. É continuar se colocando como “dos trabalhadores”, mas ter negado atender as demandas dos servidores do INSS por mais de 7 meses de greve. Depois do pinkwashing e do greenwashing, vemos o governo tentar a sua vez, com um redwashing de passar-se por trabalhador, mas aplicar o programa da burguesia.

Economia

## A fraude no INSS e a crise sem fim do Governo Federal

No início do mês de maio de 2025, o Governo Lula-Alckmin enfrentou mais uma crise, novamente envolvendo a Previdência Social.

O atual governo ignorou os processos administrativos sofridos pelo então diretor do INSS, André Fidelis, nomeado nos primeiros meses de 2022. Os processos administrativos estavam relacionados à contratação de serviços de segurança em 2016 e, à época, resultaram inicialmente em sua demissão, posteriormente convertida em suspensão por 30 dias. Fidelis então contestou a decisão judicialmente, e o Tribunal Regional Federal da 5ª Região anulou o processo administrativo em janeiro de 2021, decisão mantida pelo Superior Tribunal de Justiça em outubro de 2022. No entanto, quando sua nomeação foi avaliada pelo Governo Federal, ainda havia embargos de declaração pendentes no TRF-5, recursos que impediam o processo de transitar em julgado e, portanto, elementos que tornavam questionável a nomeação do ex-diretor.

Em março de 2025, veio à tona o escândalo das fraudes. Entre 2024 e fevereiro de 2025 o INSS recebeu cerca de 5.700 queixas sobre descontos não autorizados, revelando um esquema de fraudes envolvendo entidades como a Conafer, à qual, segundo as investigações da Polícia Federal, Fidelis era ligado. A ligação entre sua nomeação, apesar dos imbróglis jurídicos, e o crescimento expressivo das denúncias de irregularidades no INSS reforça os indícios de negligência e convivência institucional diante de práticas que prejudicam diretamente milhões de aposentados e pensionistas.

É preciso lembrar que não é a pri-

meira vez que a Previdência Social é palco de uma crise no Governo Federal. Ainda este ano, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou que haveria uma “indústria de concessão do BPC/LOAS” e que o Governo Federal deveria “passar o pente fino”, ameaçando de corte um benefício fundamental para milhões de brasileiros. Além de ser uma garantia constitucional, presente no artigo 203 da Constituição Federal, o BPC é uma ajuda a muitos trabalhadores, sobretudo aqueles afastados do mercado de trabalho, seja por enfermidade ou para cuidar de pessoas enfermas.

Utilizando-se de maneira oportunista de tais escândalos, a extrema direita tem aproveitado para avançar ainda mais. Em vídeo veiculado nas redes sociais, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL) criticou a fraude no INSS, propagou inverdades sobre a Previdência Social e promoveu a figura do ex-presidente golpista Jair Bolsonaro, alcançando mais de 100 milhões de visualizações em menos de 24h.

O governo petista tem derrapado em pautas importantes, como o fim da escala 6x1, e tem visto sua popularidade cair a níveis alarmantes por conta da crescente inflação, a qual continua mesmo com o “choque de juros” promovido pelo Banco Central. Com a proximidade das eleições de 2026, o Governo Federal cambaleia e dá sinais gritantes de fragilidade política, entregando pouco, quase nada, em termos de avanços reais e duradouros para a classe trabalhadora brasileira – cenário preocupante, tendo em vista o crescimento eleitoral da extrema direita no país, mesmo diante da inelegibilidade de Jair Bolsonaro.



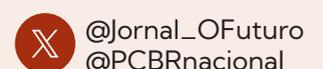
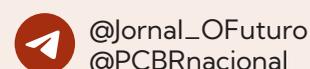
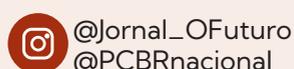
Servidores públicos de São Carlos (SP) lutam por reajuste salarial e melhores condições de trabalho. Prefeitura se recusa a aceitar proposta dos servidores e tensiona em favor dos interesses burgueses e Câmara Municipal segue a cartilha do governo. Foto: Jornal O Futuro

### DISPUTAR O PRESENTE, CONSTRUIR O FUTURO:

Ajude a União da Juventude Comunista (UJC) a levar sua delegação pro 60º CONUNE! DOE UM REAL! Contribua através do PIX:



saiba mais em nossas redes: @UJCbrasil ou nosso site UJCbrasil.com



Leia também pela internet: [jornalofuturo.com.br](http://jornalofuturo.com.br)

Economia

# Não há alternativa ao Teto de Gastos?

*Esquerda brasileira se tornou refém do mercado financeiro*

Com mais da metade do seu terceiro mandato concluído, o Governo Lula-Alckmin, até o momento, seguiu a grande maioria das medidas presentes na cartilha econômica ortodoxa. Entre elas, o exemplo mais emblemático tem sido a criação do chamado Regime Fiscal Sustentável (RFS), também conhecido como Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Apesar desses nomes, essa medida não apresenta qualquer sustentabilidade ou novidades em matéria de gestão do orçamento do Estado brasileiro, sendo diversas vezes chamado pelo seus críticos de “Novo Teto de Gastos”, em referência ao teto de gastos imposto em 2017, ainda durante o Governo Temer.

Essa lógica fiscalista continuada pelo RFS, na prática, restringe o Estado de utilizar o orçamento público como base de uma política fiscal para estabilizar a economia e retirar o país de uma eventual recessão. Recordar-se que esse foi o mesmo caminho percorrido pelo Governo Dilma em 2015 que, mesmo com aumento do desemprego, impôs medidas de austeridade, supostamente para controlar a inflação, aprofundando a crise econômica e contribuindo para sua perda de popularidade. Essa lógica de gestão das finanças do Estado foi sacralizada em 1999, no segundo mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso, com o receituário mais conhecido como o “tripé macroeconômico”, uma vez que envolve três principais pilares: (i) câmbio flutuante; (ii) regime de metas de inflação e (iii) meta fiscal.

Na terceira medida, aceita-se que o Governo Federal, independente do caso, deve praticar superávit primário, ou seja, que as receitas do Estado sejam superiores às suas despesas. Assim, desde 1999, todos os governos têm seguido essa cartilha à risca, inclusive os petistas. Durante o atual governo tal regime foi aperfeiçoado, tornando sua gestão mais restritiva e, com isso, mais temerária. Lula, portanto, dá continuidade em seu terceiro mandato ao abandono de qualquer papel estabilizador do Estado na economia capitalista, impedindo o poder público de gastar quando ninguém mais pode gastar (especialmente durante uma eventual recessão, quando há uma onda de demissões). Essa possibilidade é substituída por uma regra que deve ser seguida não importa a conjuntura econômica do país.

Todas as outras regras são secundárias a esta e operam sob sua restrição. Dessa forma, qualquer aprimoramento de política pública que possa beneficiar os trabalhadores e os mais pobres, como o aumento dos gastos no orçamento com o Bolsa Família, deve operar dentro dos limites impostos pelo Novo Teto de Gastos. Até pro-



Foto: Diogo Zacarias/inistério da Fazenda

gramas mais recentes como o Pé de Meia, que pretende combater a evasão escolar, sofrem os riscos de cortes em seu orçamento. Nesse sentido, o RFS deverá, uma hora ou outra, impactar os pisos constitucionais da Saúde e Educação, que impõem ao Estado um orçamento mínimo nessas áreas – um dos lados terá de ceder, ou o piso ou o Novo Teto de Gastos. Entretanto, há uma terceira opção, que parece ser a atual escolha para evitar, por enquanto, enfrentar a opinião pública na derrubada dos pisos constitucionais. Essa é a opção de achatá-lo, cortar, diminuir os gastos de outras medidas importantes – como a valorização do salário mínimo (ideia que já foi veiculada na grande mídia empresarial pelo economista burguês Armínio Fraga) – de forma a garantir espaço para os pisos constitucionais.

Todavia, há gastos e gastos. Dentro do jogo hipócrita do parlamento brasileiro, o discurso de “equilíbrio fiscal” de diversos deputados só existe para cortar do orçamento programas importantes para a classe trabalhadora. Entretanto, todo tipo de benefício ou favorecimento para os grandes empresários, com impacto bilionário nas contas públicas, é aprovado com louvor. Ressalta-se que a Lei Kandir, que isenta os grandes produtores de soja e milho de impostos para exportação, teve um custo de R\$ 4,2 bilhões no orçamento da União em 2024. Ainda, o regime de desoneração de tributos na folha de pagamento, que reduz o custo da mão de obra principalmente para as grandes empresas, também foi aprovado no ano passado.

Essa política fiscal suicida,

espremendo diversos gastos para garantir a manutenção dos pisos constitucionais, explica o atraso no orçamento de 2025, que foi aprovado pelo Congresso Nacional apenas em 20 de março deste ano, prevenindo um superávit de R\$ 15 bilhões ao final do ano. Dessa forma, o quadro fica mais claro. Todos os dias os grandes veículos de comunicação alardeiam o pânico em torno do aumento de gastos importantes para os trabalhadores. Entretanto, essa preocupação com as contas públicas desaparece quando os cortes atingem os bolsos cheios de dinheiro dos empresários.

Nos marcos restritos dessa lógica fiscalista, qualquer política pública relevante que promova algum tipo de justiça social em grande escala, seja na distribuição de renda, na geração de empregos de qualidade ou novos investimentos públicos, irá operar com severas restrições impostas pelo novo teto de gastos.

O arco de medidas neoliberais na gestão econômica do capitalismo é bem simples. Entre elas: impedir que o orçamento público tenha papel de estabilizar a economia, negar a política fiscal como instrumento amenizador de uma recessão e impor que os governantes, quaisquer que sejam os eleitos, tenham como objetivo principal o simples exercício de atingir o “equilíbrio fiscal”, promovendo o chamado superávit primário. Caberia ao Estado, contudo, uma única função, a de garantir a estabilidade da inflação e, para isso, é utilizada unicamente a política monetária. Esta, sempre que se julgar necessário, irá impor um choque de juros – não importando seus custos sociais

– para impedir uma aceleração nos preços.

Nesse sentido, a autoridade monetária, o Banco Central do Brasil (Bacen), atualmente vem promovendo um ciclo de alta no juros, supostamente com o objetivo de controlar a inflação, com a taxa básica de juros na economia, a Selic Meta, atingindo 14,75% na última reunião de 7 de maio – o maior nível desde 2006.

Na ata desta reunião, o Bacen, comandado pelo indicado do Governo Lula-Alckmin, Gabriel Galípolo, repete a cartilha ortodoxa: “O Comitê reforçou a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade.”

Supostamente a estratégia é garantir uma redução na dívida pública que dará “confiança” aos grandes empresários, uma vez que a taxa de juros da economia cairá o suficiente que valerá a pena para o setor privado realizar investimentos produtivos, como a instalação de fábricas, lojas, além de pesquisa e desenvolvimento. Mas a possibilidade de investimentos planejados e direcionados pelo próprio poder público é negada, de modo a não ameaçar os lucros das empresas privadas – pouco importando se, com isso, as necessidades mais elementares de milhões de brasileiros pobres não puderem ser sanadas.

Economia

# Novo consignado é lucro certo para bancos e endividamento ainda maior para trabalhadores

Lançado em março deste ano, o “Crédito do Trabalhador” repete a rentável receita do Consignado INSS, com promessa de grandes lucros para o setor financeiro

O Crédito do Trabalhador, lançado pelo governo Lula em março de 2025, introduziu uma nova modalidade de empréstimo consignado para trabalhadores com carteira assinada (CLT). Essa iniciativa permite que os trabalhadores comprometam até 35% de sua renda mensal com parcelas do empréstimo. A novidade desse programa é a possibilidade de utilizar até 10% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e 100% da multa rescisória como garantia para o empréstimo, que é oferecido com taxas de juros mais baixas do que as praticadas sem essas garantias. Uma segunda etapa do projeto, lançada em 16 de maio de 2025, permite a portabilidade de dívidas antigas (com juros mais altos) para contratos com melhores condições, respeitando as mesmas condições.

Sob justificativa de garantir crédito com melhores taxas de juros, o governo não só coloca em risco a segurança de famílias em caso de desemprego, como transforma um direito trabalhista em instrumento financeiro. A multa rescisória é paga pelo empregador ao trabalhador demitido sem justa causa, correspondendo a 40% do total depositado na conta do FGTS durante o período do contrato de trabalho. Em um cenário em que quase 70% dos trabalhadores não têm qualquer reserva para lidar com imprevistos, a transferência da multa rescisória aos setores privados coloca em risco a segurança alimentar e habitacional de quem se compromete com os termos do programa, em caso de demissão.

Essa troca de direitos trabalhistas por garantia de créditos não é novidade: o mesmo já foi realizado, só que usando a Previdência Social (INSS) como garantia, no governo Lula de 2004. O resultado – que deveria ser usado como alerta – foi um crescente endividamento de idosos, que viram sua aposentadoria comprometida pelos bancos.

## A festa dos bancos

Se, numa primeira análise, a presença de juros mais baixos pode parecer ser algo negativo para os bancos, na prática o que acontece é o contrário: grandes parcelas da população, que antes não tinham acesso a crédito, com essas garantias passam a ter. Os bancos abocanham mais um enorme grupo de endividados (os celetistas de renda mais baixa), sem diminuir os juros abusivos em outros públicos (como os detentores de cartões de créditos).

Para além dos novos empréstimos, a portabilidade de dívidas também é mais um prato cheio para os bancos: dívidas sobre as quais não tinham antes qualquer segurança,



Cerimônia de lançamento do programa “Crédito do Trabalhador” que aconteceu em Brasília (DF), em março de 2025. Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

agora serão assumidas por outras instituições financeiras, que terão o FGTS como garantia. Lucram os bancos que detinham a dívida inicial, bem como os que assumem a dívida com segurança.

Com a medida, Lula mantém a tradição de seus governos garantirem lucros recordes para os bancos, como ocorreu em 2023 e 2024. Nas reiteradas declarações das instituições financeiras, o que colocaria em riscos os lucros a partir de 2025 seria a diminuição de acesso ao crédito frente aos juros altos do cenário atual – problema este resolvido com o Crédito do Trabalhador.

A declaração do presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) mostra a expectativa do setor: “Temos uma perspectiva positiva de que esse crédito para o trabalhador privado vai ser mais barato, vai ser mais ampliado. Nós vamos democratizar o acesso e nós estamos estimando que esses 40 bilhões de reais possam triplicar, o que significa dizer que essa carteira de crédito pode chegar a uns R\$ 120 bilhões, R\$ 130 bilhões”, declarou Isaac Sidney.

## O endividamento em massa

Em março de 2025, segundo o Sersa, o país contava com 75,7 milhões de endividados. Os dados da Confederação Nacional do Comércio (CNC) apontam que em abril de 2025, 77,6% das famílias possuíam dívidas. A média é de 30% da renda familiar com-

prometida.

A perspectiva, com o Crédito do Trabalhador, é que esse número aumente. Inicialmente, pelo fato da primeira fase do programa ter oferecido novos contratos de crédito antes do oferecimento da portabilidade. Esse cronograma priorizou a criação de novas dívidas, em detrimento da renegociação das dívidas antigas com condições mais favoráveis.

A experiência com o consignado do INSS também traz aprendizados sobre as táticas do setor financeiro para ampliar seus lucros com base no endividamento massivo. Em dezembro de 2021, foi publicado pelo IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) um estudo intitulado “Os impactos do crédito consignado no endividamento de aposentados do INSS”. Alguns pontos de atenção são os mecanismos de agravamento do endividamento, as ofertas agressivas de crédito e as lacunas regulatórias da legislação.

Desde a instituição do crédito consignado ao INSS, em 2003, o poder do lobby dos banqueiros em Brasília flexibilizou as regras iniciais. Foram os casos do aumento da margem consignável de 30% para 40% e a ampliação do prazo para pagamento, que serviram como incentivo ao aumento das dívidas. Tornou-se também comum o assédio na oferta de crédito, com denúncias crescentes desde 2003, envolvendo desde propaganda em horário nobre da TV, múltiplas ligações com ofertas, até vazamento de informações sigilosas do INSS. O resultado foi a necessidade da criação de uma plataforma para

evitar essa abordagem agressiva: a Não me perturbe.

O mesmo estudo do IDEC conclui que a legislação brasileira não protege suficientemente o consumidor: falta regulação sobre consentimento claro, programas de educação financeira e prevenção de assédio comercial. Ao mesmo tempo, a fiscalização dos correspondentes bancários que realizam a negociação do crédito é mínima. A Lei do Superendividamento (14.181/21), que deveria significar um avanço no tema, não cobre situações específicas de crédito consignado..

## O Crédito anti-Trabalhador

Se por um lado a ofensiva da burguesia contra os trabalhadores passa por leis e contrarreformas que minimizam os direitos, por outro lado as frágeis garantias ainda restantes tornam-se ativos para o crescimento do setor financeiro – especialmente em um cenário de enfraquecimento sindical e precarização das relações de trabalho.

O acesso ao crédito, apresentado como benefício, oculta a ausência de políticas reais de valorização do trabalho e de recomposição salarial. No lugar de aumento de segurança e direitos, oferece-se um adiantamento da própria verba demissional, financiada a juros e garantida com a renúncia de sua própria segurança futura. E, como sempre, com lucro certo para os bancos.



Foto:

Juventude

# Conselho Federal de Medicina elege a população trans como seu alvo

*Movimentos sociais e Entidades médicas respondem a Resolução do CFM com críticas e manifestações*

Em 8 de abril de 2025, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou a Resolução nº 2.427/2025, estabelecendo novas regras para o atendimento médico a pessoas transgêneros, com foco no bloqueio puberal, na terapia hormonal e nas cirurgias de redesignação de gênero. A medida tem o objetivo de restringir o uso de bloqueadores hormonais para crianças e adolescentes, aumenta a idade mínima para cirurgias de redesignação de gênero para 21 anos e estabelece critérios mais rigorosos para a terapia hormonal cruzada.

Essa iniciativa, tratada pela imprensa médica conservadora como um “aperfeiçoamento”, foi recebida pelo movimento LGBTI+ com repúdio, gerando manifestações e atos em várias cidades brasileiras. Na metade do mês de abril, Hiran Gallo, presidente do CFM, afirmou que os médicos que não cumprirem com a resolução serão punidos com censura, suspensão e até cassação do registro. O cenário se agrava diante de admissões, por parte dos relatores da resolução, de que não há evidências robustas sobre os índices de arrependimento, que seria supostamente o maior motivo desta resolução.

A resposta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat) a mais esse ataque foi acionar o Supremo Tribunal Federal contra a resolução, argumentando que essa manobra do CFM é mais uma “guinada ideológica anti-trans do Conselho Federal de Medicina”. Não é a primeira vez que o CFM age por meio de decisões supostamente técnicas que estão, na realidade, baseada apenas em orientações ideológicas e de defesa de setores empresariais e conservadores da sociedade

- como foi no caso da pandemia da Covid-19, quando o Conselho permitiu a prescrição dos tratamentos com cloroquina pelos médicos sem qualquer evidência científica.

Em nota sobre a resolução, a Sociedade Brasileira de Medicina da Família e Comunidade (SBMFC) ressaltou grandes preocupações com relação às ações do CFM e ao conteúdo da resolução, que apresenta inconsistências frente às melhores e mais atuais evidências científicas, assim como atesta a ignorância do CFM acerca da diversidade de cuidados em saúde oferecidos por diferentes especialidades médicas e por diversas categorias profissionais. A nota ressaltou, também, que essa resolução foi publicada pelo CFM em um momento de letargia do Ministério da Saúde (MS), que atrasa a publicação do Programa de Atenção Especializada à Saúde de Pessoas Trans (PAES Pop Trans), abrindo um vácuo sobre o qual avançam os setores reacionários. Outro esforço da SBMFC foi ressaltar que existem publicações nacionais e internacionais que atestam que o acesso qualificado à Atenção Primária à Saúde (APS) tem potencial de melhorar os resultados e tratamentos em saúde, identificar agravos em tempo oportuno e reduzir as barreiras institucionais e simbólicas que historicamente excluem a população LGBTI+ do cuidado. Em outras palavras: é preciso ampliar, e não restringir o direito de acesso da população LGBTI+ à saúde pública.

Em posicionamento conjunto, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), a Associação Brasileira de Estudos em Medicina e Saúde Sexual (ABEMSS), a Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), a Federação Brasileira das

Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) e a Associação Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia da Infância e Adolescência (SOGIA-BR) também manifestaram sua preocupação com a proibição do bloqueio puberal e da terapia hormonal em adolescentes, ressaltando que proibir o caminho não é a solução de melhoria do cuidado oferecido às pessoas transgênero.

Tendo como base as diversas manifestações dos movimentos populares e da própria comunidade médica contrárias e preocupadas com a resolução, torna-se evidente que a medida tem um viés exclusivamente ideológico. É a extrema-direita valendo-se de uma posição de poder para afirmar a sua “ideologia de gênero”, na qual a diversidade e a autodeterminação dos indivíduos não têm qualquer espaço. Nesse sentido, o ataque do CFM não pode se desvincular de uma tendência internacional. A extrema-direita vem atacando populações trans não apenas no Brasil, sendo emblemática a perseguição promovida no Reino Unido e, agora, nos Estados Unidos de Donald Trump.

Os pesquisadores Lucas Leite e Débora Prado trazem uma análise das políticas sistemáticas de perseguição a pessoas transgênero no artigo publicado no Observatório Político dos Estados Unidos, em que se resalta que “os primeiros 100 dias do segundo mandato de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos foram marcados por uma agenda agressiva contra os direitos das pessoas transgênero. Por meio de uma série de ordens executivas [...] Muitas delas espelham propostas delineadas no controverso Project 2025 – um plano abrangente desenvolvido pela Heritage Foundation e por outras

organizações conservadoras que visa a remodelar drasticamente o governo federal, segundo valores ultraconservadores”.

Dentre essas ordens executivas, pode-se destacar o reconhecimento federal de apenas dois gêneros, apenas dois sexos: masculino e feminino. Em tal ordem executiva se estabelece juridicamente que “sexo” se refere à ‘classificação biológica imutável de um indivíduo como homem ou mulher’ e que os termos ‘mulheres’ e ‘homens’ devem ser entendidos estritamente em termos biológicos”, como afirmam Lucas Leite e Débora Prado.

Também foi proibida a participação de atletas transgênero nos esportes femininos a partir de uma ordem executiva intitulada “Mantendo Homens Fora dos Esportes Femininos”. A ordem, além de proibir que mulheres e meninas transgênero participem em competições esportivas, também nega fundos federais a escolas que permitam que atletas trans participem de categorias de acordo com a sua identidade de gênero.

Para além de proibir pessoas trans nos esportes, Trump também rescindiu a Ordem Executiva 14004 de Joe Biden. Mesmo com seu caráter de falso progressismo, o documento permitia o acesso de pessoas trans às Forças Armadas dos EUA. Para além desta rescisão, Trump assinou a Ordem Executiva “Priorizando a Excelência Militar e a Prontidão”, a qual estabelece que “as Forças Armadas dos Estados Unidos têm uma missão clara: proteger o povo americano e nossa pátria como a força de combate mais letal e eficaz do mundo. O sucesso nessa missão existencial exige um foco singular no desenvolvimento do ethos guerreiro necessário, e a

busca pela excelência militar não pode ser diluída para acomodar agendas políticas ou outras ideologias prejudiciais à coesão da unidade". A leitura de Donald Trump é que pessoas transgênero não são capazes de "excelência militar", o que se justifica no documento no trecho: "as Forças Armadas têm sido afligidas por ideologia radical de gênero para apaziguar ativistas despreocupados com os requisitos do serviço militar, como saúde física e mental, abnegação e coesão da unidade [...] a afirmação por um homem de que ele é uma mulher, e sua exigência de que outros honrem essa falsidade, não é consistente com a humildade e abnegação exigidas de um membro do serviço militar".

As delimitações não se restringem ao esporte e às forças armadas. Em janeiro, logo após a posse, Trump assinou uma Ordem Executiva muito similar à Resolução nº 2.427/2025 do Conselho de Medicina brasileiro. A Ordem "Protegendo Crianças da Mutilação Química e Cirúrgica", de 28 de janeiro, visa restringir o acesso a cuidados afirmativos para jovens menores de 19 anos. O texto estabelece que "profissionais médicos estão mutilando e esterilizando um número crescente de crianças impressionáveis sob a alegação radical e falsa de que adultos podem mudar o sexo de uma criança por meio de uma série de intervenções médicas irreversíveis", de forma que é inegável a similaridade presente na redação da resolução brasileira do CFM.

As políticas anti-transgeneridade de Donald Trump - que são importadas para o Brasil - não consistem em uma exclusividade de seu segundo mandato. O Observatório Político dos Estados Unidos denunciou graves constatações a partir dos dados levantados pela Trans Legislation Tracker e ACLU, que rastreiam legislações que afetam as comunidades LGBTI+. Em 2023, haviam 65 documentos legais vigentes que buscavam

limitar os direitos das populações transgêneras no Texas. Esse número subiu para 128 no ano de 2025, apenas nesse mesmo estado.

Como potência, mesmo que com sua hegemonia em declínio, é inegável que não só as tendências políticas dos EUA têm reflexos na política doméstica brasileira como é importante reconhecer que, com Donald Trump no executivo, a extrema-direita ganha uma maior dimensão para poder articular suas demandas.

É preciso compreender a conexão entre a ofensiva mundial da burguesia, rebaixando as condições de vida da classe trabalhadora, e a retirada de direitos dos grupos oprimidos, como a população trans. Só uma luta de classes unificada pode reverter esses retrocessos e avançar um projeto de sociedade baseado na diversidade e na dignidade de todos os seres humanos, independente de suas identidades de gênero, de raça e orientação sexual. No entanto, há ainda hoje uma baixíssima inserção da população trans no movimento sindical brasileiro, que ainda não incorporou plenamente as lutas de gênero e sexualidade em suas pautas. Esse é um tema sensível para a população LGBTI+, já que não existem instrumentos específicos para garantir os direitos da população LGBTI+ no mundo do trabalho, contribuindo para sua invisibilidade no interior do proletariado organizado. Ao mesmo tempo, a hegemonia liberal e a cooptação pela agenda empresarial ainda marcam fortemente o movimento LGBTI+ brasileiro. Mobilizar o movimento operário na luta contra os ataques do CFM e dos governos burgueses à população trans certamente permitirá avançar na superação dessas contradições, avançando na construção de uma aliança política revolucionária entre a classe trabalhadora brasileira (em toda sua diversidade de identidades) e as diversas camadas oprimidas do povo.

Luta Ideológica

## Como combater o reacionarismo burguês e o liberalismo pós-modernista no mês do orgulho LGBTI+

por Yuri Werneck

No Brasil e no mundo, diversos ataques aos direitos da população LGBTI+ têm avançado: a recente resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) restringindo o acesso à hormonização terapêutica, o combate pelo governo de Donald Trump à população trans e a decisão, pela Suprema Corte britânica, definindo a mulher a partir do "sexo biológico" são alguns dos exemplos do aprofundamento da onda anti-LGBTI+, sobretudo nos ataques específicos à população trans. Nesse quadro, é necessário que os comunistas combatam o fortalecimento da extrema direita fascista no mundo ao mesmo tempo em que enfrentam o liberalismo pós-modernista, que abraça as questões LGBTI+ sem um compromisso consequente com os dramas econômicos dessa mesma população e com a classe trabalhadora.

O fortalecimento do moralismo conservador só pode ser compreendido, no atual contexto de degradação das condições materiais de vida da maioria trabalhadora da população, como uma forma de dividir e nublar a consciência de classe. Por meio da demagogia reacionária e do chauvinismo sexista, a extrema-direita busca, entre outras coisas, desviar o foco dos problemas comuns e cotidianos dos trabalhadores para uma suposta "degradação moral da sociedade", responsabilizando as minorias oprimidas (no

caso, a população trans) pelos problemas causados à maioria oprimida (o proletariado) por uma minoria opressora (a burguesia).

Mas não se trata apenas de uma "cortina de fumaça": reafirmando os papéis sociais de gênero sob uma perspectiva patriarcal, a direita cumpre um papel funcional para a reprodução econômica do capital, preservando o ambiente doméstico familiar como um âmbito de realização de trabalho não pago. A tática não é nova: já na época de Marx e Engels, os fundadores do socialismo científico tiveram que combater duramente as perspectivas machistas que se infiltraram em meio ao sindicalismo, culpabilizando a presença das mulheres no mercado de trabalho pelo rebaixamento dos salários masculinos. Com isso, o movimento sindical era colocado a reboque dos interesses da burguesia, justificando e naturalizando os baixos salários femininos e condenando as mulheres a uma eternidade de trabalhos não remunerados em suas próprias casas.

É imprescindível uma ação política que, simultaneamente, escancare as reais causas da deterioração da qualidade de vida da classe trabalhadora e aponte para respostas verdadeiramente radicais - ou seja, que vão à raiz dos problemas. Só assim se pode forjar uma unidade na luta entre as camadas oprimidas do povo e o proletariado, remodelando



Foto: Jornal O Futuro.

a sociedade em direção à emancipação humana em relação a toda forma de opressão e exploração.

É fundamental que o movimento dos trabalhadores se aproprie do que o movimento LGBTI+ já produziu de mais avançado teoricamente até aqui e pensar o que a política revolucionária tem a contribuir para a organização do movimento LGBTI+ em sentido mais amplo. Somente desse jeito é possível superar a falsa dicotomia entre o identitarismo e uma perspectiva classista. Essa falsa dicotomia só se sustenta a partir de visões unilaterais, que não analisam a totalidade das contradições sociais em seu desenvolvimento.

Nesse processo, é preciso disputar os rumos adotados pelo movimento LGBTI+ em sua conformação hegemônica, inclusive no sentido de depuração dos elementos reacionários que, como parte constitutiva da ideologia dominante, são passíveis de assimilação por todos os setores da classe trabalhadora, mesmo entre os grupos oprimidos. A criminalização da homofobia e transfobia, por exemplo, celebrada como uma forma de garantia de alguma dignidade a pessoas LGBTI+, acaba evidenciando, de muitas formas, os limites do movimento: ao mesmo tempo em que essa criminalização coexiste com os ataques ao direito a atendimento especializado para a juventude trans e inúmeros projetos de lei anti-trans pelo país, ela se inscreve em um contexto de crescente criminalização dos mais pobres. É preciso questionar as reais consequências dessa medida num país de encarceramento em massa da população negra e periférica. E, com efeito, a permanência dos índices alarmantes da violência contra a população LGBTI+ evidenciam os limites de medidas desse tipo.

Ao comparar, por exemplo, os dados do Grupo Gay da Bahia sobre homicídios e suicídio de pessoas LGBTI+, se constata que não houve diminuição de casos. Além de não diminuir, há, no lugar, um aumento em comparação aos dados do ano seguinte à criminalização da homofobia/transfobia (2020), e do ano de 2024. Esse aumento é de mais de 22% (de 237 casos para 291 casos).

Um movimento semelhante de falseamento de realidade, típico da ideologia dominante, também está na base da compreensão libe-

ral sobre a questão LGBTI+, considerando as relações sociais e categorias relativas de dada formação social como dados objetivos e imutáveis. A defesa acrítica e abstrata da tolerância e da diversidade, de um direito individual em geral toma, em última análise, a existência de pessoas LGBTI+ como algo dado, que tão somente precisa ser acolhido e respeitado. Não se questiona, com isso, o processo de formação social dos papéis e identidades de gênero.

Com isso, sai de cena a historicidade das identidades LGBTI+ e, por conseguinte, se naturaliza o próprio regime cis-heterossexual. Esse regime é apresentando somente como mais uma identidade que aconteceu de ser hegemônica, de ser a norma, sem fornecer explicações históricas materiais sobre as causas disso ou, no máximo, se limitando a hipóteses culturalistas que enfatizam o papel da religião em parte desses processos (como se o próprio fato dessa religiosidade se conformar de tal ou qual maneira em tal ou qual realidade social não precisasse, por si só, de explicação).

Pessoas LGBTI+ (e não menos importante, cisheteros) passam a existir enquanto tal a partir da emancipação do trabalho produtivo da família nuclear e da correlata degradação relativa do papel desta família como instituição, a partir da generalização do trabalho assalariado, criando as condições históricas para se poder falar em uma sexualidade para além da reprodução humana, como uma identidade e uma orientação. A partir daí podemos compreender melhor as bases materiais desta forma de opressão, que busca assegurar que a família (que depende desses papéis de gênero e sexualidade), mesmo que degradada por não ser mais o espaço do trabalho produtivo (a produção de alimentos, vestimentas e etc.), siga sendo frequentemente o espaço de realização do trabalho reprodutivo (de garantir condições mínimas de vida, alimentação e higiene para seus integrantes; do cuidado das crianças e idosos e etc) não pago.

Sendo consequente com esse entendimento, a política comunista revolucionária deve, entre outras coisas, pautar desde já a socialização do trabalho reprodutivo em âmbito geral e particular: a luta por moradia (questão particularmente sensível para LGBTI+ trabalhadoras sus-

cetíveis de serem expulsas de casa, inviabilizando com isso o acesso à saúde, educação ou trabalho), por aparatos coletivos de cuidado das crianças, da alimentação, saúde e assim por diante. É preciso que a reprodução da vida cotidiana dependa cada vez menos de cada família individualmente considerada, sendo cada vez mais uma responsabilidade coletiva da sociedade.

Além disso, o movimento dos trabalhadores deve assumir em suas mãos todo um conjunto de batalhas em nível imediato conforme as especificidade das LGBTI+ trabalhadoras, como a resistência frente aos ataques à juventude trans, a luta por estatísticas oficiais sobre este setor da classe para a formulação de políticas, as cotas trans, a garantia de moradia como pré requisito para demais direitos básicos e entre outras. A capacidade de conjugar e identificar as conexões dessas pautas com demais tarefas e lutas táticas e estratégicas gerais da classe trabalhadora em sua totalidade é parte indispensável do processo de elaboração de uma política comunista no combate às opressões e à exploração.

Como parte dessa política, faz-se necessária uma agitação contra a redução de símbolos e datas históricas do movimento à condição de mera mercadoria. É preciso denunciar a hipocrisia das grandes empresas, que lucram com a opressão da população LGBTI+ ao mesmo tempo em que se vendem como “simpatizantes” da causa, buscando cooptar as simpatias dessa população. Essas empresas não têm o menor compromisso com o combate à homotransfobia: basta ver o exemplo da Meta e da Google, monopólios da tecnologia da informação que, após muitos anos de demagogia fizeram, sem a menor hesitação, um giro completo em suas relações públicas, aderindo à agenda reacionária do governo Trump.

Esse exemplo ajuda a demonstrar que o reacionarismo burguês e o liberalismo burguês são, apesar das aparências, duas faces da mesma moeda. Seu único compromisso real é com a manutenção da exploração capitalista e o combate às ideias socialistas, seja pela via da repressão ou pela via da cooptação. Sua demagogia moral, seja ela conservadora ou progressista, apenas busca desviar a atenção dos trabalhadores para longe dos seus

problemas materiais - que, a despeito da diversidade das condições de existência dos trabalhadores, são, no geral, muito semelhantes: problemas de sobrecarga de trabalho, de desemprego, de condições de moradia etc. Por isso os comunistas chamam a atenção para esses interesses comuns do proletariado, ao mesmo tempo em que lutam para despertar em meio ao movimento operário a consciência da necessidade de converter esse movimento na vanguarda da luta social não apenas contra a exploração de classe, mas contra toda forma de opressão.

A consciência da classe operária não pode ser uma verdadeira consciência política se os operários não estiverem habituados a reagir contra todos os casos de arbitrariedade e opressão, de violências e abusos de toda a espécie, quaisquer que sejam os grupos sociais afetados; e a reagir, além disso, do ponto de vista comunista e não de qualquer outro. A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem, com base em fatos e acontecimentos políticos concretos e atuais, a observar cada uma das outras classes sociais em todas as manifestações da sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar na prática a análise materialista e a apreciação materialista de todos os aspectos da atividade e da vida de todas as classes, camadas e grupos da população. Aqueles que buscam dirigir a atenção, o espírito de observação e a consciência da classe operária exclusivamente para si própria, considerada como uma entidade abstrata (sem gênero, sem raça, sem orientação sexual etc.) não é um comunista, porque o conhecimento de si própria por parte da classe operária está inseparavelmente ligado a uma clara compreensão não só dos conceitos teóricos... ou melhor: não tanto dos conceitos teóricos, como das ideias elaboradas com base na experiência da vida política sobre as relações entre todas as classes e camadas da sociedade atual. Nesse sentido, as denúncias políticas que abarcam todos os aspectos da vida são uma condição indispensável e fundamental para educar a atividade revolucionária das massas - e nisso se inclui, em posição destacada, a luta contra o reacionarismo em matéria de gênero e sexualidade.



## QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC tem reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora por todo território nacional.

Frente a um capitalismo que a cada dia mais explora, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta deve ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Sindical

# Governo Federal ignora tentativas de negociação dos auditores fiscais da Receita Federal

*Essa postura anti-trabalhador é, entre outras coisas, reflexo dos limites impostos pela atual política de austeridade, reforçada desde a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal.*

A greve dos auditores-fiscais da Receita Federal chegou à marca de seis meses em maio de 2025. Iniciada em 26 de novembro do ano passado, a paralisação foi motivada, segundo o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), liderança do movimento, pelo não cumprimento de um acordo firmado com o Ministério da Gestão e da Inovação (MGI) para a abertura de uma mesa de negociação temporária. O objetivo seria discutir a recomposição inflacionária do vencimento básico da categoria, cujo salário está congelado desde 2016 — com exceção do reajuste linear de 9% concedido a todas as carreiras em 2023. De acordo com cálculos do sindicato, as perdas acumuladas somam 28%.

Foi também em 2016, no fim do governo Dilma Rousseff (PT), que foi firmado o Termo de Acordo nº 03/2016, que mais tarde deu origem à Lei nº 13.464/2017. A norma instituiu o Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil e criou o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira, um marco importante na política de valorização da carreira dos auditores-fiscais. O programa, no entanto, só foi regulamentado sete anos depois, em 2023, por decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e implementado no ano seguinte.

Já em janeiro de 2024, os auditores apresentaram uma contraproposta ao Governo Lula-Alckmin, através do MGI, que requisitava uma equiparação de seus benefícios aos dos servidores do Legislativo e Judiciário, que receberam um reajuste progressivo significativo de 18% em três anos: 2023, 2024 e agora em 2025. Porém, um mês depois, o MGI não apenas rechaçou o clamor da categoria, como, em abril, apresentou sua proposta que mais tarde levaria ao Termo de Compromisso 01/2024. Onde, na cláusula segunda se lê que “as negociações relativas à reestruturação de carreiras e reajustes de remuneração ocorrerão no âmbito das Mesas Específicas e Temporárias, devendo ser instaladas até o mês de julho de 2024”. Como esperado, até o momento, a categoria busca a reabertura da mesa de negociações.

Ainda em abril daquele ano, os auditores fizeram um novo acordo com o MGI: não haveria reajuste em 2024, mas nos dois anos seguintes através das negociações em mesa específica e temporária. Tal acordo foi também firmado com demais servidores públicos. Porém, em relação à Receita Federal, não vingou, já que o MGI alegou ter solucionado a questão do reajuste salarial apenas com a regulamentação do bônus de



Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

eficiência, não considerando a inflação ou o fato de ser apenas uma remuneração variável que visa aumentar a produtividade no trabalho, não atendendo integralmente os aposentados. A partir disso, o presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita), Thales Freitas, encaminhou um ofício ao Secretário de Gestão de Pessoas e de Relações de Trabalho, solicitando a abertura da Mesa Específica para se discutir juntamente com o sindicato. Pedido esse que foi negado pelo governo.

Apesar das antigas reivindicações por reajuste no vencimento básico, foi a recente mudança nas regras da remuneração variável a gota d'água para que os auditores-fiscais deflagrassem a greve. Publicadas em 30 de abril, as novas normas para o cálculo do valor individual do bônus intensificaram a greve ao contrariarem os termos negociados e resultam na redução da remuneração de trabalhadores: anteriormente com o teto do Bônus Mensal de Eficiência de R\$ 7 mil, passando a ser de R\$ 6,3 mil; uma perda de 10%, ou seja, de 700 reais para a categoria; para os aposentados, o impacto pode chegar a R\$ 1,5 mil por mês. Diante desse cenário, os auditores cobram uma reabertura imediata do diálogo com o Ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad (PT). Soma-se à insatisfação o fato de a categoria ter sido excluída das propostas de reajuste salarial previstas para 2025 e 2026.

Após as alterações do cálculo do bônus de eficiência com a publicação das resoluções nº 7 e nº 8 pelo Comitê Gestor, o Sindifisco Nacional encaminhou um ofício solicitando a revogação de ambas ao secretário especial da Receita Federal, e também Coordenador do Comitê Gestor do Programa de Produtividade, Robinson Barreirinhas. A revogação

enquanto pauta foi discutida na Assembleia Nacional da categoria e foi aprovada com 99,4% dos votos.

A mobilização dos auditores-fiscais foi se moldando às exigências ao longo dos últimos meses. Em outubro, a categoria realizou paralisações de 24 e 48 horas, garantindo apenas 30% do efetivo em atividade. Em novembro, os protestos passaram a ocorrer regularmente às terças e quartas-feiras, até que, no dia 26, foi deflagrada efetivamente a greve por tempo indeterminado. Recentemente, no dia 15 de abril, um novo ato marcou o calendário de protestos, desta vez em frente ao Ministério da Fazenda, em Brasília, organizado pelo Sindifisco Nacional. Nas diversas mobilizações em diferentes regiões do país, os auditores reivindicam a recomposição do vencimento básico, o pagamento integral do bônus de eficiência para ativos e aposentados, e a destinação de recursos do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) para custear o plano de saúde da categoria.

Com a greve já se estendendo por um semestre, os impactos sobre o funcionamento da Receita Federal e o planejamento da arrecadação são significativos. Segundo o Sindifisco Nacional, começar o ano em paralisação comprometeu etapas fundamentais do cronograma anual, especialmente no que diz respeito ao cumprimento das metas de arrecadação. Responsáveis pela inspeção sobre o cumprimento das obrigações tributárias, aduaneiras e previdenciárias, os auditores-fiscais em greve comprometeram os quatro primeiros meses do ano em termos de planejamento de trabalho, fiscalização e controle aduaneiro. Por exemplo, a desorganização da cadeia de suprimentos desde o final do ano passado, com um milhão de

remessas retidas nas alfândegas brasileiras, pressiona os preços, com estimativa de aumento de até 2,1% no valor final dos produtos. Caso o governo continue a negar os direitos desses trabalhadores, o cumprimento da meta fiscal anual e a entrega do Imposto de Renda também poderão ficar ameaçados, apesar de a categoria manter 30% da força de trabalho em atividade, conforme determina a legislação.

De acordo com Dão Real, presidente do Sindifisco Nacional, a administração da Receita Federal já compreendeu a gravidade da situação, mas ainda falta o Ministério da Fazenda pressionar o MGI para que seus representantes se reúnam com os do Sindifisco Nacional e apresentem uma proposta decente que seja passível de ser aprovada em Assembleia Geral pela categoria. Fato é que, no momento, delegados e delegados adjuntos, de todas as Regiões Fiscais da Receita Federal, se unem à greve da categoria.

Até então, os servidores não tiveram a oportunidade de analisar nenhuma proposta apresentada pelo governo, mesmo estando há 6 meses em greve. Essa situação não é surpreendente, apesar de absurda, visto a postura do Governo Lula-Alckmin aos clamores das mais diversas categorias. Na verdade, essa postura anti-trabalhador é, mas não somente, reflexo dos limites impostos pela atual política de austeridade, reforçada desde a aprovação do Arcabouço Fiscal (PLP 93/2023).

Com a brutal restrição orçamentária, tornou-se mais improvável acomodar reivindicações salariais e reestruturar carreiras, mesmo diante de perdas acumuladas. Em suma, essa limitação fiscal tem comprometido a capacidade do Estado de oferecer mínimas concessões às pautas dos trabalhadores, tanto da Receita quanto do funcionalismo em geral, uma vez que suas demandas passam pela revisão do Arcabouço Fiscal. Em oposição, durante o período de greve dos auditores, o Governo Federal publicou a medida provisória que reajusta em 9% o soldo dos militares das Forças Armadas, com impacto estimado em aproximadamente R\$ 3 bilhões aos cofres públicos. Tal medida foi consequência de meses intensos de negociações realizadas com os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, que além de serem ouvidos pelo presidente, recebem um aumento significativo dos oficiais às praças. Essa contradição na postura do governo petista frente aos militares e ao funcionalismo público é, por si só, bastante emblemática do verdadeiro conteúdo burguês do “democratismo” aplicado pela Frente Ampla de Lula-Alckmin.

Segurança Pública

# Entre avanços tímidos e retrocessos: o desfecho da ADPF 635 no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou a decisão final sobre a ADPF 635. Em um inédito voto consensual, a Corte revogou restrições essenciais às operações policiais nas favelas, favorecendo a lógica da guerra às drogas e contribuindo para o extermínio da população negra

No início de abril de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) apresentou sua decisão final sobre a ADPF 635. Apelada de “ADPF das Favelas”, a ação foi proposta com o objetivo de obrigar o Estado do Rio de Janeiro a elaborar um plano para a redução da letalidade policial. Iniciada em 2019, a ação levou em consideração a elevada taxa de mortes violentas e o histórico das sistemáticas violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança, como no caso da chacina do Jacarezinho, ocorrida durante a vigência das restrições da ADPF 635, que teve 28 mortes oficiais registradas e foi a mais letal da história na capital fluminense.

Desde sua proposição, a ADPF resultou em importantes decisões por parte do STF visando conter a violência policial, entre elas, a suspensão de operações policiais durante a pandemia de COVID-19. No entanto, na recente decisão final, que contou com um inédito voto consensual entre os ministros, a Corte retrocedeu em diversos pontos essenciais. Foi retirada, por exemplo, a proibição de operações policiais nas proximidades de escolas, creches, hospitais e postos de saúde. Da mesma forma, a utilização de helicópteros como plataforma de tiros voltou a ser permitida. A definição sobre o tipo de armamento a ser utilizado nas operações retornou à alçada das forças de segurança, cabendo ao Judiciário apenas o controle posterior. Entre os poucos avanços mantidos pela decisão estão a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais e em viaturas policiais, a exigência de maior produção de dados sobre as operações e a necessidade de garantir autonomia às perícias técnicas em relação às forças de segurança envolvidas.

Outro notável retrocesso da decisão foi a determinação para que o Estado do Rio de Janeiro apresente



Foto: José Cruz/Agência Brasil

um plano de reocupação territorial das áreas sob domínio de organizações criminosas. Com isso, a ADPF – inicialmente proposta para conter a violência policial – terminou por impulsionar a ocupação das comunidades pelas forças policiais, nos moldes das fracassadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Mais de quinze anos após sua implementação, as UPPs não concretizaram suas promessas. O resultado desse modelo de segurança pública foi o aumento da violência em outras regiões do estado, a intensificação dos confrontos armados que colocaram em risco os moradores das favelas e o avanço das milícias. Um caso emblemático desse fracasso é o de Amarildo, trabalhador da Rocinha, detido, torturado e morto por policiais durante a instalação de uma UPP em 2013.

Ainda no início de 2025, antes da publicação da decisão final sobre a ADPF das Favelas, o ministro Edson Fachin destacou a redução da letalidade policial no Rio de Janeiro como consequência direta das decisões anteriores da Corte. De fato, segundo o Fórum Brasileiro de Se-

gurança Pública (FBSP), as mortes decorrentes de intervenção policial no estado caíram 52% entre 2019 e 2023, passando de 1.814 para 871 registros. Essa queda ocorreu mesmo com o aumento contínuo do número de operações, que chegou a 1.966 em 2024. Contudo, ao revogar as restrições mais relevantes às ações policiais, contrariando o caminho até então adotado, a decisão final da ADPF das Favelas concede um aval para o avanço da violência policial sobre as comunidades, reforçando a lógica da guerra às drogas e o extermínio da população negra.

Segundo dados oficiais, em 2024, o Rio de Janeiro ocupou o terceiro lugar entre os estados brasileiros com maior número de mortes causadas por ações policiais, totalizando 699 vítimas. No mesmo ano, 57 crianças e adolescentes foram atingidos por armas de fogo no estado, sendo 19 mortos. Apesar desses números alarmantes, o STF concluiu na ADPF das Favelas que o Estado do Rio de Janeiro demonstra um “compromisso significativo com a cessação das violações” e rejeitou a tese, apresentada anteriormente

pelo ministro Fachin, de que haveria um “estado de coisas inconstitucional”. O governador Cláudio Castro comemorou a decisão, afirmando que “venceu a segurança pública”.

A decisão final da ADPF das Favelas insere-se em um contexto de avanço do populismo penal e de posições reacionárias, inclusive por setores do chamado campo progressista. Ela dá continuidade à linha estabelecida pela PEC da Segurança Pública, do governo Lula-Alckmin, e pela recente decisão do STF que autorizou a criação das “Polícias Municipais”. Tais medidas têm em comum o fortalecimento do poder das corporações policiais e das técnicas de controle social exercidas pela burguesia sobre os trabalhadores.

O desfecho da ADPF das Favelas demonstra que a solução para a violência policial não pode ficar a cargo da institucionalidade burguesa. É necessário transformar o tema em um debate de massas, pautado pelos interesses reais da classe trabalhadora.

## TESES DA UJC RUMO AO 60º CONUNE

“A tarefa que se coloca é fortalecer a presença militante nos CAS/DAs, DCEs e UEs, articulando campanhas e programas de luta que partam das demandas concretas da juventude, mas que apontem para uma transformação estrutural da universidade e da sociedade. [...]”

O movimento estudantil precisa romper definitivamente com a ilusão institucionalista. A UNE deve retomar seu papel histórico de ferramenta de organização e luta contra os ataques da burguesia, contra a precarização da educação, contra o projeto neoliberal em curso, e em defesa de uma nova sociedade, construída a partir do poder dos trabalhadores.

Disputar o presente e construir o futuro significa, para nós, não apenas formular alternativas: significa organizar, mobilizar e lutar para transformar a realidade concreta. É nesse caminho que a União da Juventude Comunista continuará empenhada, em cada sala de aula, em cada assembleia, em cada espaço de resistência.”

Leia as Teses da UJC para o CONUNE completas em nosso site pelo link:



CONHEÇA AS TESES DA UJC RUMO AO 60º CONUNE:

**DISPUTAR  
O PRESENTE  
CONSTRUIR  
O FUTURO**

DISPONÍVEL EM NOSSO SITE: [UJCBRASIL.COM](http://UJCBRASIL.COM)





Visita de Xi Jinping ao Brasil, 20 nov. 2024. Reprodução/Foto: Ricardo Stuckert.

Agronegócio e Clima

## Brasil construirá corredor do Agronegócio com apoio da China

*Corredor ferroviário da Bahia ao Acre, interligado ao Centro-Sul e com destino ao Pacífico, acelera o escoamento de soja, aprofunda o modelo primário-exportador e 'rasga' Terras Indígenas e áreas sensíveis.*

por Kauana Niz

Em entrevista à *CartaCapital* em 9 de maio, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, destacou o avanço das tratativas com a China em torno das Rotas de Integração Sul-Americanas, especialmente as que ligam o Brasil ao Porto de Chancay, a 80 quilômetros de Lima, no Peru.

A conversa revelou aspectos até então pouco evidenciados, como o entusiasmo demonstrado pela China com o projeto desde o início do atual governo Lula. Desde o início da gestão, Tebet realizou diversas viagens ao país andino, onde manteve diálogos com autoridades peruanas e representantes do governo chinês, além de visitar as instalações do Porto.

Até recentemente, o interesse chinês na construção de ferrovias que conectem o Brasil ao Porto de Chancay - o maior da América Latina e considerado estratégico por estar no Oceano Pacífico, principal rota comercial sob influência da China - ainda não tinha tanta concretude. No entanto, a visita de comitivas chinesas ao Brasil no último mês sinalizou, de forma mais clara, a disposição do país em investir capital e tecnologia nesse megaprojeto brasileiro: de facilitar o escoamento de minério de ferro e soja até o Pacífico e impulsionar as exportações para Ásia.

Representantes do governo chinês reuniram-se com membros da Casa Civil e dos Ministérios dos Transportes, do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e Pecuária, além da Agência Infra S.A., para discutir um corredor ferroviário Leste-Oeste, ligando a Bahia ao Acre e ao Centro-Sul, com conexão ao Porto de Chancay. O objetivo é reduzir em até 10 dias o tempo de transporte de cargas até os portos asiáticos.

Também se reuniram com os governos de MT, GO, RO e AC para discutir infraestrutura e exportação. Isso mostrou que a China conhece bem os projetos logísticos e vê a produção do agronegócio desses estados como estratégica para seus interesses.

Ao mesmo tempo, engenheiros ferroviários do governo chinês visitaram trechos da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e da Ferrovia Norte-Sul, além do Porto Sul, em Ilhéus (BA), para avaliar a viabilidade logística já construída. A agenda se en-

cerrou com visitas técnicas ao Porto de Santos (SP).

Em meio à guerra comercial entre EUA e China, escalonada em abril e que recentemente teve uma trégua de 90 dias, analistas previam, ainda durante as tarifas Trumpistas, que Pequim buscava diversificar suas fontes de importação agrícola, voltando-se para a América do Sul, Europa e Ásia. Nesse contexto, a burguesia brasileira buscava ampliar suas exportações e se consolidar como fornecedor prioritário global, vale lembrar que atualmente a China já é sua maior compradora de soja e carne.

A redação do jornal *O Futuro* aponta que o escoamento de commodities, especialmente da soja e outras matérias-primas, consolida o modelo primário-exportador do Brasil. As novas Rotas de Integração Sul-americana abarcam um projeto antigo da burguesia, apoiado por empresários e pela mídia, que busca ampliar a infraestrutura logística, expandir o agronegócio no Centro-Oeste, Norte e Nordeste e reforça um modelo econômico dependente da exploração intensiva da natureza e da exportação de produtos primários e semielaborados.

### Arco norte: uma nova roupagem?

O Plano de Rotas de Integração Sul-americana apresentado por Tebet na entrevista à *CartaCapital*, traz poucas novidades. Retoma os objetivos e vias do Arco Norte que foi moldado há anos sob os interesses da burguesia, que não avançou no governo Bolsonaro e agora ganha novo fôlego com Lula, que aposta na execução de ferrovias, rodovias, hidrelétricas e portos para transporte de cargas.

O Projeto Arco Norte, traçado a partir do paralelo 16° S - linha simbólica que divide o Brasil entre Norte e Sul -, abrange partes do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Criado para desafogar os portos saturados do Sul e Sudeste, o projeto ganhou força na gestão de Tarcísio de Freitas no Ministério da Infraestrutura de Bolsonaro e com apoio da bancada ruralista.

Na configuração do Projeto Arco Norte, os principais portos destacados eram de Porto

Velho (RO), Miritituba (PA), Santarém (PA), Ita-coatiara (AM), Manaus (AM) e Itaqui (MA) que estão em fase de expansão e dragagem de rios. Na proposta do governo Lula, esses mesmos portos têm papel central, agora inseridos em uma estratégia mais ampla de integração sul-americana. Juntos, eles compõem a segunda maior rota de exportação de soja e milho do país.

A região abrange o Arco do desmatamento e a expansão da fronteira agrícola, nela o escoamento de grãos saltou de 7,2 milhões de toneladas em 2009 para 52,3 milhões em 2022. Pelos projetos de infraestrutura, a burguesia projeta que até 2030, metade das exportações brasileiras devem sair por esse eixo. A própria burguesia reconhece que poderia produzir mais, se não fosse a limitação logística, principalmente da região Norte.

No projeto de Lula, a Amacro (AM, AC e RO) torna-se eixo estratégico, ligando o Arco Norte aos corredores sul-americanos e reduzindo o tempo e custo do escoamento de soja e minério de ferro pelo Porto de Chancay, algo que já vinha sendo cogitado durante anos.

Lula retoma e expande a carteira de obras do Arco Norte priorizando os mesmos portos hidroviários estratégicos e as ferrovias: Ferrogrão, Fico e Fiol, além da duplicação das BRs 163 e 364 e a conclusão da BR-319. Tudo isso pode ou não ser finalizado, mas cada nova obra deixará o seu rastro de destruição.

A Ferrogrão, se concluída, poderá escoar até 58 milhões de toneladas de grãos - quase o triplo da capacidade de uma rodovia simples como a BR-163, que comporta cerca de 20 milhões.

De acordo com o secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro em entrevista à Agência Gov, o grande objetivo das Ferrovias, expressado pelo próprio governo, é o escoamento de commodities, principalmente minério de ferro e soja.

*“O Brasil exporta anualmente cerca de 350 bilhões de dólares, sendo que mais de um terço vai para a China. Do total exportado, 60% é composto por minério de ferro e soja — produtos que exigem uma logística eficiente, principalmente via ferrovias, tanto por economia quanto por sustentabilidade”.*

As Rotas de Integração e o novo PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) estão sendo implementados considerando as rodovias já privatizadas e as projeções de novas concessões. A meta do governo é leiloar 15 trechos até o fim de 2025, incluindo os já licitados em fevereiro e março deste ano. Em março, o Mato Grosso concedeu mais de 1.300 km de rodovias estaduais à iniciativa privada. No mês anterior, foi a vez da BR-364, entre Porto Velho e Vilhena (RO), também ser leiloada. Além disso, a Fico e Fiol pretendem se interseccionar e serem concedidas à iniciativa privada.

A Ferrogrão, segundo dados do Joio e o Trigo, afeta diretamente seis Terras Indígenas (TIs) e 17 unidades de conservação, abrangendo 25 municípios entre Mato Grosso e Pará, a Fico também está em um perímetro que cortaria áreas sensíveis e TIs.

A duplicação da BR-364 e da BR-163 seguem a mesma lógica, gerando impactos severos sobre territórios tradicionais, inclusive de povos em isolamento voluntário. Todos esses projetos foram conduzidos sem consulta prévia às comunidades diretamente afetadas, em descumprimento a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## Inimigo do Povo, da Terra e do Futuro

O editorial deste jornal não deposita qualquer esperança emancipatória, ou mesmo social, no agronegócio, tampouco confia em seus projetos de desenvolvimento ditos ‘sustentáveis’ e suas iniciativas de produção com selo verde.

Seus efeitos e projetos são constantemente denunciados nas editoriais Amazônia e Agronegócio e Clima: superexploração dos trabalhadores do campo, concentração fundiária, altos índices de mortes no campo, aprofundamento do capitalismo dependente brasileiro e impactos ambientais que, a qualquer momento, podem atingir o ponto de não retorno.

As políticas neoliberais e social-liberais, inclusive durante governos tidos como de esquerda, fortaleceram o agronegócio e agravaram os conflitos no campo, que aumentaram de forma alarmante nos últimos dez anos, com um crescimento de 60%, segundo dados da CPT.

Nos últimos anos, o governo Lula ampliou expressivamente a exportação de commodities agrícolas, superando os resultados da gestão Bolsonaro. Até o fim de 2024, o governo comemorou a abertura de 300 novos mercados e a expansão das exportações para 62 novos destinos.

Esse desempenho reflete um projeto liderado por um governo mais técnico e especializado, com profundo conhecimento do mercado internacional e alinhamento aos interesses da grande burguesia do agronegócio.

Dito disso, sob um capitalismo dependente e em um contexto de fortalecimento do agronegócio, é inviável conceber até mesmo a mais tímida Reforma Agrária sem uma intensa resistência por parte dos poderes econômicos estabelecidos. Por isso, os movimentos reformistas rebaixam cada vez mais as suas demandas no que diz respeito à questão agrária, buscando se adequar à dinâmica política institucional onde predomina a hegemonia da burguesia do campo. E, no entanto, o avanço acelerado da crise climática torna urgente a reorganização da relação produtiva entre a humanidade e o meio-ambiente, para além dos limites de uma reforma agrária capitalista. É necessário, portanto, retomar e agitar as bandeiras históricas da luta popular e revolucionária, como a nacionalização das terras, articulando as lutas imediatas com um horizonte estratégico de reorganização socialista da sociedade. Além disso, as contradições do agronegócio devem ser escancaradas. A classe trabalhadora precisa alcançar um nível de consciência capaz de reconhecer, no agronegócio e em seus defensores e cúmplices, inimigos declarados.

## Amazônia

# Como os Barbalho usam do nepotismo e fazem da floresta um grande negócio

por Mattheus Leal

Há mais de quatro décadas, a família Barbalho transformou o Executivo do Pará em um feudo privado, alicerçado no uso da máquina pública, nepotismo e alianças com o grande capital para sustentar um projeto hegemônico.

No governo Helder Barbalho (MDB), esse mecanismo ganhou contornos ainda mais explícitos: da resistência indígena contra a privatização da educação na SEDUCA-PA aos impactos excludentes da COP-30 em Belém, passando pela rede de cargos ocupados por parentes e aliados, o Estado foi convertido em instrumento de enriquecimento de poucos e perpetuação de privilégios às custas do serviço público.

## A COP-30 e a Gentrificação de Belém: Quem realmente se beneficia?

Promovida como a “COP da Floresta”, a conferência climática em Belém contrasta com os R\$ 475 milhões investidos pelo governo do Pará em obras criticadas por beneficiar empreiteiras e o mercado imobiliário. Enquanto o evento debate financiamento climático, comunidades pobres enfrentam danos ambientais e exclusão.

A obra mais emblemática é a “Nova Doca”, com R\$ 310 milhões, que desvia esgoto para a Vila da Barca, maior favela de palafitas da América Latina, onde vivem 7 mil pessoas, enquanto moderniza a área nobre da Avenida Visconde de Souza Franco, com apartamentos de R\$ 13 milhões.

O Parque São Joaquim, com R\$ 150 milhões em obras, tem denúncias de condições insalubres para trabalhadores. Enquanto a educação pública sofre cortes, R\$ 15 milhões foram destinados à escola de samba Grande Rio para fazer seu enredo de apresentação sobre o estado do Pará, esse foi tido como o maior patrocínio público do Carnaval.

Na Vila da Barca, tratada como “zona de sacrifício”, os rejeitos da área nobre são depositados sem consulta aos moradores, violando normas ambientais. Paralelamente, condomínios de luxo avançam sobre áreas verdes, como o Parque da Tamandaré.

Sob o slogan da “sustentabilidade”, o governo derrubou 103 hectares de floresta na APA Metropolitana de Belém para obras viárias e instalou “eco-árvores” de plástico, tecnologia importada de Singapura, substituindo vegetação nativa. A contradição entre o discurso da COP-30 e as ações no território revela um modelo que repete desigualdades históricas sob o rótulo do capitalismo verde.

## O Pará como espelho da crise brasileira

Uma investigação da Revista Piauí expôs a teia de influência da família Barbalho, que mantém o Pará sob controle há décadas. Mais de 20 parentes ocupam cargos públicos estratégicos, muitos sem qualificação, em órgãos como o Tribunal de Contas (TCE-PA), o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-PA) e o DETRAN. Entre eles está Daniela Lima Barbalho, esposa do governador Helder Barbalho, conselheira vitalícia no TCE-PA, onde fiscaliza as contas do próprio governo do marido. Tias, tios e primos completam a lista, como Mara Barbalho, no

TCM-PA, e Nay Barbalho, filha de Mara, vereadora em Belém e secretária municipal.

Controlar o Tribunal de Contas, secretarias e autarquias não serve apenas para garantir empregos, mas para blindar o clã de investigações e assegurar que contratos públicos sigam beneficiando aliados.

A nomeação de parentes via diário oficial não se limita a cargos simbólicos: controlam orçamentos, licitações e processos de fiscalização, garantindo blindagem contra investigações. O esquema, porém, ultrapassa as fronteiras do estado. Jader Barbalho Filho, irmão de Helder, comanda o Ministério das Cidades no governo federal, enquanto o governador é cotado para vice na chapa petista em 2026.

A escolha de Belém para sediar a COP-30 revela o próximo passo do projeto. Sob o discurso da “sustentabilidade”, o evento serve para alavancar Helder nacionalmente. A escolha de Belém para a COP-30 não foi acidental: trata-se de um trunfo político para projetar Helder nacionalmente, enquanto seus aliados lucram com obras superfaturadas.

O governo de Helder Barbalho opera sob uma lógica autoritária, que se revela na criminalização de movimentos sociais, na disseminação de fake news para deslegitimar protestos e na repressão policial contra quem ousa desafiar suas políticas. A ocupação da SEDUC-PA por indígenas e professores, que forçou a revogação da Lei 10.820, mostrou que a resistência organizada pode vencer, mas também expôs a postura truculenta de um governador que só negocia quando a pressão se torna incontrolável. Enquanto isso, sua gestão continua a favorecer interesses empresariais, como o mercado de carbono e a mineração, em detrimento dos direitos territoriais dos povos tradicionais,

É justamente a COP-30 que escancara a hipocrisia do discurso ambientalista de Helder Barbalho. Enquanto o governo gasta milhões em propaganda e obras faraônicas para projetar Belém como “capital sustentável”, a realidade é de racismo ambiental e gentrificação. A Vila da Barca, uma das maiores favelas de palafitas da América Latina, receberá o esgoto da área nobre da Doca, enquanto condomínios de luxo avançam sobre áreas verdes. Operários das obras da conferência trabalham em condições insalubres, expostos a resíduos tóxicos, e feirantes do Ver-o-Peso são removidos à força, sem compensação. Tudo isso revela que a COP-30 não foi pensada para discutir justiça climática, mas para servir como vitrine de um governo que prioriza o marketing e os negócios das elites.

O Pará, portanto, reflete uma crise estrutural do Brasil: a de um sistema político que permite que famílias como os Barbalho tratem o erário como herança, que megaeventos sirvam de desculpa para despejos e superfaturamento, e que a pauta ambiental seja sequestrada por quem, na prática, a viola. Mas a resistência indígena, a greve dos professores e a mobilização das periferias de Belém mostram que há alternativas a esse modelo. O desafio não é apenas derrotar um governador ou um clã, mas destruir o Estado burguês que sempre será refém de interesses dos grandes capitalistas – e construir um projeto socialista que, de fato, coloque os trabalhadores e os povos oprimidos da floresta, do campo e da cidade no centro do poder político.

Internacional

# Israel busca redesenhar Gaza sob o 'Plano dos Generais'

*Um ano após a invasão de Rafah, a ocupação israelense escancarou seus planos para Gaza: ocupação permanente do território, corredores militares, expulsão em massa e um fim definitivo para a Palestina.*

Antes da Nakba, em 1948, a 'Faixa de Gaza' não existia nos termos do que existe hoje. Gaza, na Palestina Histórica, era uma cidade cosmopolita – correspondente apenas a 2% do território palestino – situada entre o Egito e a Turquia. Após décadas de catástrofe, diante da ocupação, limpeza étnica e genocídio, Gaza se transforma hoje no maior campo de refugiados do mundo, enquanto o mundo assiste calado sua árdua luta contra o desaparecimento completo.

Um ano após romper a "linha vermelha" ilusória de Biden com a invasão de Rafah, a entidade sionista escancarou seu plano para Gaza: ocupação permanente, corredores militares, expulsão em massa e um fim definitivo para a Palestina. O que antes era dito de forma velada, sob eufemismos como "zona de segurança" ou "migração voluntária", agora é política oficial. Gaza, uma prisão fragmentada, está no centro da consolidação da limpeza étnica como projeto do Estado colonial israelense.

A ofensiva final começou com a destruição do cruzamento de Rafah, obstruindo a última saída de Gaza ao mundo. Sob o pretexto de "segurança", Israel transformou o sul do território em ruínas, criando o Corredor Morag, uma faixa militar que isola completamente Rafah do resto da Faixa. O exército anunciou que toda a região ao sul do corredor seria convertida em "zona tampão", eliminando de uma vez a continuidade territorial palestina. O que se busca criar na região, no lugar de Gaza, é uma rede de guetos sitiados, sob bombardeios contínuos.

O objetivo dessa engenharia territorial não é segredo: expulsar os palestinos. A linguagem mudou, mas a lógica colonial permanece. O ministro da Defesa de Israel, Israel Katz, admitiu em rede nacional que o plano inclui "promover a migração voluntária", destruir infraestrutura e bloquear ajuda humanitária. Na prática, os palestinos estão sendo empurrados ao exílio por bom-

bas, fome e cerco.

Esse plano tem nome: o "Plano dos Generais". Elaborado por altos comandantes do exército israelense, incluindo o general reformado Giora Eiland, o plano representa a face mais brutal da ocupação sionista em Gaza. Aprovado pelo alto comando militar em 2023, visa a depopulação total da Faixa por meio de cerco absoluto, bombardeios massivos e destruição deliberada da infraestrutura civil – hospitais, redes de água, escolas e bairros residenciais.

No norte de Gaza, cerca de 400 mil pessoas foram privadas de acesso a recursos básicos, reduzindo a população a menos de 100 mil. Apesar da marcha de retorno durante a trégua de janeiro, que frustrou o esvaziamento total, o governo israelense radicalizou ainda mais sua ofensiva.

O estopim público dessa nova etapa veio dos EUA: o presidente Donald Trump declarou que os EUA deveriam "tomar" Gaza e transformá-la em uma "Riviera do Oriente Médio", deslocando sua população. A ideia foi repudiada no discurso por líderes europeus e árabes, mas nenhum agiu para impedir que Israel a transformasse em política oficial. Pelo contrário, a declaração funcionou como um sinal verde. Dias depois, o gabinete de guerra de Netanyahu aprovou a ocupação indefinida de Gaza e a construção de bases permanentes no território.

A ofensiva ocorre quando da libertação do soldado israelense e cidadão norte-americano Edan Alexander pelo braço armado do Hamas, as Brigadas Al-Qassam, marca um momento político significativo no contexto da guerra em Gaza. Anunciada como gesto de boa vontade para reabrir negociações de cessar-fogo, a entrega do prisioneiro à Cruz Vermelha ocorreu em meio à visita iminente do presidente Donald Trump à região.

Mesmo após mais de 70 dias de bloqueio total à entrada de alimentos, água e remédios em Gaza



– criando uma crise humanitária deliberada –, Israel permitiu, no dia 19 de maio, a entrada de apenas cinco caminhões de ajuda pelo cruzamento de Kerem Shalom, incluindo alimentos infantis. A liberação, segundo o órgão militar israelense COGAT, ocorreu "após recomendação de profissionais das Forças de Defesa de Israel e de acordo com a diretoria da liderança política", com todos os carregamentos submetidos à rigorosa inspeção de segurança.

No mesmo dia, a ONU confirmou que até 20 caminhões com alimentos poderiam entrar na Faixa, classificando o gesto como um "avanço bem-vindo", embora completamente insuficiente diante da dimensão da crise. Em março, as Nações Unidas já haviam alertado que seriam necessários cerca de 500 caminhões por dia – o nível anterior à guerra – para evitar uma fome em larga escala.

A subnutrição e a inanição em Gaza já atingem níveis extremos. Segundo o último relatório da Classificação Integrada de Segurança Alimentar da ONU (IPC), cerca de meio milhão de pessoas – um em cada cinco palestinos – estão à beira da fome. A entidade alertou que "o risco de fome na Faixa de Gaza não é apenas possí-

vel – é cada vez mais provável". Em paralelo, 22 ministros das Relações Exteriores de países doadores, incluindo Alemanha, França, Reino Unido, Canadá e Japão, divulgaram uma declaração conjunta exigindo que Israel permita "a retomada total da ajuda a Gaza imediatamente".

A estratégia de Israel de utilizar a fome como arma de guerra foi denunciada pelo Tribunal Penal Internacional, que em novembro de 2024 emitiu mandados de prisão contra Benjamin Netanyahu e seu então ministro da Defesa, Yoav Gallant, por crimes contra a humanidade, incluindo o uso da fome como método de guerra, perseguição e assassinatos.

Tal cenário de terra arrasada acontece com o silêncio cúmplice da comunidade internacional. Nenhuma sanção, nenhum embargo, nenhuma ruptura diplomática. Nem mesmo os regimes capitalistas árabes se solidarizam para além de moções de repúdio sem implicações práticas. A questão já não é mais o que Israel está fazendo – mas quem está permitindo. O genocídio de Gaza deixou de ser um projeto do governo israelense ou da extrema-direita sionista. Ele se afirmou como um projeto global da burguesia internacional.

Assine nossa campanha de financiamento em [apoia.se/jornalofuturo](https://apoia.se/jornalofuturo) ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: [contato@jornalofuturo.com.br](mailto:contato@jornalofuturo.com.br)

